

# Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire

Rossana Maria Souto Maior Serrano

*“ O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” ( FREIRE, 2006: 36)*

## INTRODUÇÃO

Pensar a universidade a partir de seus objetivos básicos de formação profissional, geração de novos conhecimentos e disseminação desses conhecimentos é um processo complexo face à natureza e diversidade do trabalho acadêmico. Inserida neste contexto esta a extensão universitária, que apresenta uma diversidade conceitual e prática que interfere expressivamente no “pensar” e no “fazer” no interior da Universidade.

O conceito de extensão universitária ao longo da história das universidades brasileiras, principalmente das públicas, passou por várias matizes e diretrizes conceituais. Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma resignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que esta inserida.

Pela análise histórica da extensão universitária vamos encontrar pelo menos quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: o modelo da transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo, a ação voluntária sócio-comunitária; a ação sócio-comunitária institucional; o acadêmico institucional. Tais momentos apresentam-se numa transitoriedade no interior de cada universidade em razão de sua história e de seu projeto pedagógico, assim podemos encontrar nas universidades brasileiras instituições em vários desses momentos conceituais.

Este estudo objetiva produzir uma análise crítica desses conceitos de extensão tomando por fundamento o pensamento de Paulo Freire.

## **I. AS MATIZES CONCEITUAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

### **1. A TRANSMISSÃO VERTICAL DO CONHECIMENTO E A EXTENSÃO SERVIÇO**

Para entender o momento conceitual da extensão universitária é preciso pensá-la a partir de seus movimentos políticos, Rocha (2001) ao nos apresentar a evolução da extensão na América Latina, numa dimensão diacrônica, afirma que esta evolução tem uma historicidade própria, e que se têm registros de sua prática mesmo antes do aparecimento do termo Extensão.

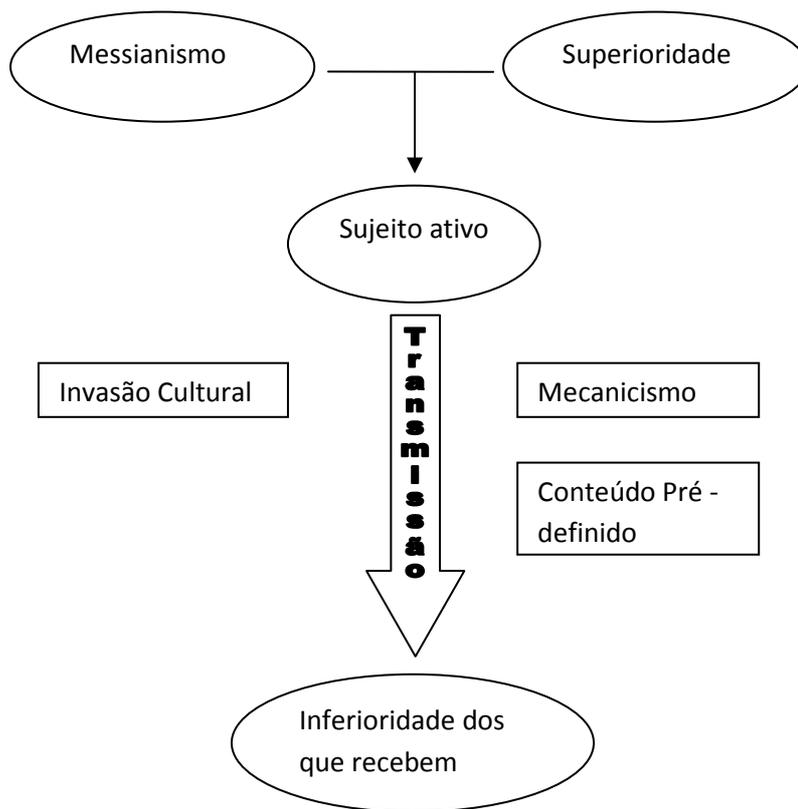
Neste movimento histórico, tomando por fundamento vários autores que trataram sobre os conceitos da extensão universitária, podemos apresentar quatro movimentos expressivos de sua conceituação, o primeiro caracteriza-se pela transmissão vertical do conhecimento.

Há autores que consideram as primeiras escolas gregas, com suas aulas abertas ao público, como os primeiros movimentos de uma extensão universitária, Rocha (2001) aponta como origem da extensão as universidades européias medievais, em especial a Universidade de Bolonha. Mas, ou nesta ou naquela é possível identificar uma prática pedagógica verticalizada, onde a transmissão do saber era autoritária, da universidade para membros da sociedade e que a acessibilidade a estes conhecimentos era restrita a poucos.

Apesar de manter uma perspectiva dialética, as escolas gregas apresentavam suas aulas abertas a poucos, e ainda em torno de um conhecimento pouco transformador da realidade. Na Inglaterra medieval, é importante destacar que os cursos ofertados atendiam aos interesses do capital.

Rocha (2001), aponta que as práticas de extensão na Inglaterra do século XIX, se davam pela participação dos universitários em campanhas de saúde, na utilização de teatro escolar e outros serviços.

No diálogo com o pensamento freiriano podemos analisar estas práticas de extensão a partir da crítica feita pelo educador ao processo verticalizado e que “coisifica” o homem. E com base na categorização feita por Freire em seu trabalho “Extensão ou Comunicação” (2006), podemos apresentar este momento inicial da extensão como um momento autoritário da universidade, que desconhecendo a cultura e o saber popular, apresentava-se como detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância.



Adaptado: Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação*, 2006

Aplicando esta análise de Freire aos conceitos e práticas da extensão das primeiras Escolas Gregas e da Inglaterra de meados do século XIX, podemos afirmar que o conhecimento é transmitido e não construído pelos participantes da ação, esta transmissão é verticalizada e parte do pressuposto de que há uma superioridade e messianismo de quem estende, que escolhe o que transmitir, como transmitir e que desconhece a visão de mundo dos que vão receber, e estes passam a ser sujeitos passivos no processo. Freire nos dirá que: *“todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa” o negam como um ser de transformação do mundo”* (2006:22); ou ainda nos questionará sobre o ato de conhecer e o papel do educador; afirmando que o conhecimento só se materializa como tal, na medida em que for apreendido e aplicado à realidade concreta.

*“Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta.*

*Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.” (FREIRE, 2006:25)*

Ao desconhecer a cultura da população a quem se destina, esta extensão é antidialógica e manipuladora. Freire nos propõe a quebra da verticalidade “coisificadora” onde um ator é sujeito e o outro objeto, para uma relação onde todos possam ser sujeitos atuantes, que agem e pensam criticamente.

## **2. O VOLUNTARISMO- A AÇÃO VOLUNTARIA SÓCIO-COMUNITÁRIA**

Rompendo com a visão de uma prática de extensão universitária verticalizada, pontual – na medida em que não há perenidade nas ações, descompromissada com os mais pobres e numa perspectiva mais politizada, mais ideologizada, a extensão universitária passa por experiências com a Igreja, a partir das ações educativas, principalmente dos jesuítas na idade média; pela interface com o movimento iluminista tomando um caráter, do que Rocha (2001), chama de “Ação Revolucionaria”; com o movimento estudantil, principalmente na América Latina; é o grande movimento deste momento conceitual.

Seguindo em sua análise Rocha (2001), nos aponta o Movimento Estudantil de Córdoba/Argentina que em 1918, torna-se marco de novos paradigmas para extensão universitária, principalmente na América Latina. Os fundamentos deste pensamento estavam numa extensão universitária processual, comprometida com mudanças sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir da militância política dos docentes e discentes.

Como consequência do movimento produzido pelas ações educativas desenvolvida pelos jesuítas “fora do muro de seus colégios”, que tinham como objetivo a ação filantrópica, o atendimento aos pobres; bem como do movimento cooperativista do século XIX, de Owen; e dos ideais de liberdade surgidos principalmente nas Américas contra o jugo europeu, o movimento estudantil passa a questionar as práticas dissociadas dos problemas locais e as ações pontuais desenvolvidas pelas universidades até então, na forma de cursos.

Pelo extensionismo rural desenvolvido nos Estados Unidos e as experiências de participação de universitários em campanhas educativas e assistência às populações carentes; o movimento estudantil, a partir de Córdoba, passou a atribuir, às atividades de extensão, o objetivo de *“fortalecimento da universidade, pela projeção ao povo da cultura universitária e a preocupação com os problemas nacionais.”* (BERNHEIM, 1978).

Com base na experiência das universidades populares da Universidade de Oviedo, inicia-se na América Latina uma prática ideológica de grupos anarquistas, socialistas, comunistas, liberais e positivistas, que geram na Argentina, mais especificamente em Córdoba, uma nova maneira de pensar a universidade.

Córdoba 1918 passa a ser marco do movimento extensionista universitário quando os estudantes *“assumem o poder na Universidade Católica tradicional ali existente”* (ROCHA, 2001) e tinham como meta uma universidade integrada ao povo e à vida da nação.

Na história do Brasil é expressiva, desde a colônia, a força política dos jovens universitários, principalmente aqueles que estudavam fora do país, e que na Europa sofreram a influência dos ideais da Revolução Francesa e da força do movimento dos trabalhadores ingleses. Tais ideais demandaram uma crítica e uma nova práxis no interior das universidades.

As universidades populares no Brasil, afirma Jezine (2001), são conhecidas como Universidades Livres, as primeiras foram as de Manaus, criada em 1909, no ciclo da borracha; a do Paraná e a de São Paulo em 1911.

*“ A ação dos estudantes, a partir de Córdoba, colocará a extensão Universitária em evidência, com a criação de Universidades Populares em várias nações latino-americanas...A Extensão Universitária vivenciada em forma de Universidades Populares, passará a ser vista pelos militantes dos movimentos universitários como uma obrigação...”*

*Nas Universidades Populares, os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades que estudavam.”*  
(ROCHA, 2001: 19)

Neste momento a extensão universitária passa a apresentar uma interface entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local e esta com a cultura universitária. A extensão inicia uma trajetória para transformação da sociedade, transforma-se a si mesma e transforma sua relação com os outros “fazer” acadêmicos - ensino e pesquisa - .

No Brasil, ao final da década de 30 e início da seguinte, houve um período de grande efervescência, em termos de experiências de práticas educativas em extensão. Tendo como foco a cultura, são criadas salas de leituras, experiências de rádio difusão, difusão cultural, além dos cursos e conferências abertas objetivando a discussão e soluções dos problemas sociais.

Para além da crítica ao voluntarismo, que dá a esta extensão a natureza meramente político/ideológica, reveste-se da leitura por olhares de correntes ideológicas, anarquismo, socialismo, comunismo, liberalismo, bem como reveste-se da marginalidade institucional. Mas, o Voluntarismo como momento da extensão Universitária, reveste-se também, e de forma positiva, de um início de uma tomada de consciência da necessidade de mudanças na forma de atuação das Universidades, em sua relação com a sociedade.

*“A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura .  
Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.” (FREIRE, 1980:26)*

Assim, em Freire podemos criticar o voluntarismo na medida em que falte o método, falte à releitura da realidade modificada, e isto dentro de uma perspectiva sócio-cultural e na relação consciência/mundo.

Por outro lado podemos buscar em Paulo Freire vários conceitos e idéia-força que podem demonstrar os avanços desses movimentos em extensão, quais sejam: a dialética, a utopia, o respeito à cultura local, mudanças.

Pelos princípios que norteiam este movimento de ação voluntária sócio-comunitária podemos dizer que uma das grandes diretrizes é a abertura ao diálogo, se antes a Universidade abria-se de forma autoritária, verticalizada, “coisificando” o homem, as Universidades Populares, o Movimento Estudantil, tratam de iniciar a construção do diálogo como princípio de trabalho da extensão universitária, ou seja o reconhecimento da capacidade do outro de construir relações com outros e com o mundo.

Freire (2007:58), afirma: “o homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo.”

A partir da conscientização, ou na conscientização, o homem adquire uma consciência e um compromisso histórico, que é um processo permanente de natureza dialética em que o conscientizado se converte no que Freire denomina “fator utópico”, e que segundo o educador, “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”.”(FREIRE, 1980:26)

Em Extensão ou Comunicação (2006), Freire ao criticar o extensionismo agrícola antidialógico e mecanicista, destaca este como uma invasão cultural que manipula, submete e domestica. Assim ao fazer extensão é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura. Neste sentido, estes movimentos da extensão revestem-se da horizontalidade e do conhecimento e respeito à cultura do local onde se desenvolve, e assume um compromisso com as mudanças.

### 3. A AÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA INSTITUCIONAL

Rocha 2001, nos diz que, no começo da década de 30 inicia-se o processo de reforma universitária no Brasil. A partir dos militantes do movimento da Escola Nova, que passam a ocupar espaços de destaque no governo, é elaborado o Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, que regulamenta o Estatuto das Universidades Brasileiras. Tal normatização define extensão pelos seus objetivos,

*Art.35 - f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.*

*Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.*

*§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.*

*§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público*

*Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.*

*§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.*

Percebe-se nesta normatização a institucionalização da extensão centrada na forma de cursos e a difusão do conhecimento, uma via de “mão única” de uma Universidade que sabe para uma comunidade que não sabe. Esta extensão toma um caráter redentor, messiânico como diz Freire. Contextualizando esta normatização Nogueira (2001:59), nos dirá: “Registra-se que, subjacente a essas propostas, estava o objetivo de propagar os ideais de uma classe hegemônica que se instalara no poder.”, sendo, portanto, é uma forma de extensão manipuladora.

O institucional nasce no Brasil, numa perspectiva domesticadora. Entretanto o movimento das universidades populares e do movimento estudantil foi seu contraponto, começando a levar os estudantes à troca de experiências com a comunidade, e a participar e tentar compreender a vida social brasileira. Nogueira (2001:59) nos diz que a maior contribuição do movimento estudantil promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, “foi a metodologia de trabalho utilizada, que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas.”

Nos anos 60 e 70, numa conjuntura de ditaduras na América Latina, o Movimento Estudantil e a prática de uma Extensão Universitária emancipadora, passa a ser entendida como ação de risco ao regime militar no Brasil. Assim, como forma de se contrapor e cooptar os estudantes para o trabalho assistencial comunitário, o governo militar institui no Brasil programas de atuação esporádica e desvinculada das instituições universitárias. Nogueira (2001:60) diz ser esta uma proposta *incorporada ao ideal DESENVOLVIMENTO e SEGURANÇA, em que os alunos eram apenas executores.*

Assim surge o movimento de ação sócio-comunitária institucional, que em sua natureza institucional tinha o vício de não ser vinculada às universidades e sua prática sócio-comunitária não era sistemática, nem sistêmica, os estudantes eram levados a conhecer apenas parte da realidade trabalhada e não estabeleciam vínculos mais permanentes com o local. Tal movimento se materializa no Projeto Rondon, instituído em 1968 e no CRUTAC, criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1966, que mesmo sendo criado em uma Universidade toma por seus objetivos o foco da manutenção da ordem e segurança nacional.

*“Criticam-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição Universitária como um todo e a falta de continuidade das ações, entre outros aspectos. O retorno do estudante à academia era quase sempre, problemático, pois, ao conhecer a realidade de regiões e comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula questões muitas vezes desconhecidas dos professores.” (NOGUEIRA, 2001: 61)*

Tais projetos promovem uma involução no movimento crescente iniciado pelo Movimento Estudantil, e nas teorias de Paulo Freire que apresentaremos a seguir; e em sua condição de contraponto à Extensão Universitária crítica e socialmente comprometida retomam a Extensão Universitária numa prática conservadora e meramente assistencialista. Permanece portanto, a crítica a uma extensão Universitária verticalizada, antidialógica e manipuladora.

Em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que restringiu a Extensão Universitária ao caráter de cursos, que pouco incorporou das práticas institucionais do Rondon e CRUTAC ao seu conceito e forma.

#### 4. O ACADÊMICO INSTITUCIONAL

É importante destacar que no começo dos anos 60, dentro de uma concepção mais autônoma e transformadora da universidade, inicia-se na Universidade do Recife o movimento de Extensão Cultural que foi “locus nascedouro” do método Paulo Freire e de suas teorias. Tal iniciativa foi abortada pelo regime militar com a cassação de Paulo Freire e a proibição da publicação de suas idéias no Brasil. Este movimento freiriano poderia ter se constituído num forte momento de redefinição da Universidade e da Extensão Universitária; uma vez que o método testado demonstrou ser emancipador. A implementação das idéias de Freire no Peru, no Plano de governo de Veloso Alvorado, que propunha a Extensão Cultural para o ensino superior mas também uma *ação exercida por docentes e discentes dos ensinios fundamental e médio*.(GURGEL,2001:22), o que demonstra a sua propriedade também no Brasil.

Podemos afirmar que este é um movimento novo, de caráter sistemático, conseqüente e dialógico, que é sobrestado em nome da segurança nacional, permaneceu em algumas inserções do universo acadêmico.

*“No Brasil, as concepções de Freire, um proscrito oficialmente, eram refuncionalizadas, possibilitando seus seguidores agirem de acordo com suas orientações, sem usarem os termos que ele usava. No Ministério da Educação, o grupo que ocupava a Coordenação das atividades de extensão – CODAE tinha Freire como referência central, o que pode ser mais bem evidenciado na análise do Plano de Ação lançado em 1973. Falava-se em realimentação, mão dupla, retroalimentação e outras terminologias similares que, na realidade, propiciaram a incorporação do sentido de comunicação ao extensionismo.”*  
(GURGEL, 2001)

As idéias e práticas de Paulo Freire passam portanto a fundamentar os conceitos e práticas da Extensão Universitária de que se institucionaliza a partir dos anos 80. No caminhar institucional, inicia-se a discussão sobre indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos e a desmistificação da Extensão Universitária como militância política; o conceito da troca, da extensão como via de mão dupla, e a Extensão como produção de conhecimento.

Com a instalação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, a discussão conceitual e prática da extensão passa a ser coordenada por esta instância colegiada.

*“A criação do Fórum Nacional ocorre tendo como base algumas questões já consensuais entre seus membros participantes, as quais seriam o fundamento para elaboração das políticas de Extensão. Isso significa que o entendimento entre os Pró-Reitores se deu a partir dessas idéias consensuais, que podem ser apreendidas como conclusões dos documentos dos encontros regionais. São elas: o compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental.”( NOGUEIRA, 2001:67)*

Partindo desse consenso, o Fórum de Pró-Reitores define em sua primeira reunião, a extensão universitária como sendo:

“A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.” ( Fórum Nacional, 1987)

Esta conceituação inicia por colocar a Extensão no campo acadêmico. A Extensão é processo educativo e científico, ao fazer extensão estamos produzindo conhecimento, mas não qualquer conhecimento, um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade e vice-versa. Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de um conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade.

Este conceito apresenta uma extensão universitária democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social.

Podemos afirmar que esta conceituação é expressivamente freiriana, nela encontramos a relação dialética, a sistematicidade, o reconhecimento do outro e de sua cultura, a apropriação pelo outro do conhecimento com liberdade para transformá-lo.

Na crítica ao conceito podemos analisar a ideia da “via de mão dupla”, pois esta é uma concepção que interliga mas não possibilita a mistura e a construção de um saber novo. É claro que na relação universidade/sociedade os atores não trocarão de papéis ou perderão sua identidade, mas devem gerar mudanças, transcender, assim a Universidade que vai não será a mesma que volta, a comunidade que vai não será a mesma que volta. *“A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos.”*(FREIRE, 1983:28)

Melo Neto (2004:23), ao questionar a via de mão dupla afirma que esta forma separa o *“processo educativo da própria educação, o processo cultural da própria cultura, bem como o processo científico da própria ciência.”*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, não avança muito sobre o conceito e a forma, e apresenta a Extensão Universitária como mecanismo de acessibilidade ao conhecimento gerado nas instituições na forma de cursos, ou seja uma via de mão única de disseminação do conhecimento. A normatização da educação superior não tem conseguido trazer para o institucional o processo pedagógico que esta em construção pela vertente da Extensão Universitária.

Nas últimas duas décadas vem ocorrendo algumas mudanças nas concepções pedagógicas no interior das universidades brasileiras. Tais mudanças podem ser percebidas quando de um novo conceito de sala de aula, onde rompe-se com o modelo tradicional de verticalização do ensino e passa-se a estabelecer novas metodologias de aprendizagem; quando da inserção de estágios nos primeiros e durante todo o curso, normatizado nas diretrizes

curriculares; quando da preocupação de formação cidadã e não só técnica; quando da preocupação institucional de ampliação de acesso e democratização do saber; entre outros.

Em 1998, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elabora o Plano Nacional de Extensão Universitária, que deve o Programa Universidade Cidadã como ponto de partida para a elaboração; esse Plano entre outras diretrizes ressignifica a Extensão Universitária numa perspectiva cidadã e apresenta os seguintes objetivos:

*“Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;*

*- assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;*

*- dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;*

*- estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;*

*- enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;*

*- considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;*

*- inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;*

*- valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;*

*- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;*

*- criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;*

*- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.”*

Essas mudanças nos remetem a pensar e projetar a Universidade com as seguintes funções:

**FUNÇÃO ACADÊMICA-** fundamentada em bases teórico-metodológicas;

**FUNÇÃO SOCIAL-** de promove a organização social e a construção da cidadania;

**FUNÇÃO ARTICULADORA** – do saber e do fazer e da universidade com a sociedade.

No exercício dessas três funções não se poderá perceber onde começa e termina o ensino, a extensão e a pesquisa. Estas passam a ser interfaces de um mesmo fazer.

Esta transformação do referencial pedagógico trará rebatimentos na realidade vivenciada pela universidade em sua política de ensino, extensão e de pesquisa, na medida em que se deve elaborar um novo *pensar* sobre o *fazer* universitário, com redefinição de conceitos e de práticas

e a efetiva mobilização da comunidade acadêmica na direção de uma práxis que se apresente integrada, interdisciplinar, sintonizada com o conhecimento novo e com a realidade e demanda social.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Extensão Universitária vivência um momento extremamente importante para sua consolidação como fazer acadêmico, entretanto as práticas institucionais através do próprio fazer extensionista e das normatizações universitárias necessitam melhor dispor-se diante das funções acadêmica, social e articuladora da Universidade. Este não é um desafio pequeno visto que o Plano Nacional de Extensão esta longe de ser uma realidade plena nas universidades brasileiras.

A idéia de uma extensão a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático; e ainda, de uma extensão desenvolvida no diálogo e no respeito a cultura local nos permite perceber quanto o pensamento freiriano foi marcante e esta presente no conceito da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

## 6. REFERÊNCIAS

BERNHEIM, Carlo Tunnerman. *El Nuevo concepto de extension Universitaria y Difusion Cultural*. Mexico. UNAM, 1978

BRASIL. Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

\_\_\_\_\_. Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006

\_\_\_\_\_. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Ed Moraes, 1980

\_\_\_\_\_. *Educação como Prática da Liberdade*. 30ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2007

\_\_\_\_\_. *Educação e Mudança*. 9ª edição. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1983

\_\_\_\_\_. *Extensão ou Comunicação*. 13ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 45ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005

JEZINE, Edineide Mesquita. *A Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.2006

JEZINE, Edineide Mesquita. *Multiversidade e Extensão Universitária* In. FARIA, Doris Santos de (org). *Construção Conceitual da Extensão na America Latina*. Brasília. Editora UNB. 2001.

MELO NETO, José Francisco. *Extensão Universitária é Trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2004

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual*. In. FARIA, Doris Santos de (org). *Construção Conceitual da Extensão na America Latina*. Brasília. Editora UNB. 2001.

ROCHA, R. M. Gurgel. *A Construção do Conceito de Extensão universitária na America Latina*. In. FARIA, Doris Santos de (org). *Construção Conceitual da Extensão na America Latina*. Brasília. Editora UNB. 2001.

## RESUMO

O texto apresenta os marcos históricos da Extensão Universitária Brasileira, sua evolução conceitual e analisa estes conceitos e as formas como ela foi e esta sendo vivenciada no interior das Universidades à luz de algumas teorias freirianas. Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma resignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que esta inserida. Esta análise histórica da extensão universitária esta estruturada em quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: o modelo da transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo, a ação voluntária sócio-comunitária; a ação sócio-comunitária institucional; o acadêmico institucional, e pela compreensão do que caracteriza cada um desses momentos, a partir das práticas institucionais e contra-hegemônicas, estabelece um diálogo com o pensamento de Paulo Freire em suas idéias de diálogo, conscientização, os processos pedagógicos e transmissão do conhecimento, a relação homem/mundo, a transcendência. Conclui por ressaltar a influência das idéias de Paulo Freire